

EDITAL

Processo nº AGSUS.001198/2026-96

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2026**1. PREÂMBULO**

1.1. A Agência Brasileira de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde - AgSUS, mediante sua Comissão de Seleção, torna pública, para conhecimento dos interessados o **PREGÃO ELETRÔNICO**, com modo de disputa **ABERTO**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**, regido pelo Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será realizada com a utilização de chave de acesso e senha, no endereço eletrônico, na data e horário abaixo discriminados:

DADOS GERAIS	
Início do Acolhimento de Propostas: 01/06/2026	
Limite de Acolhimento de Propostas: 15/06/2026 , até às 10:00h (horário de Brasília)	
Abertura das Propostas: 15/06/2026 , às 10:00h (horário de Brasília)	
Data e hora da disputa: 15/06/2026 , às 10:10h (horário de Brasília)	
Sistema Eletrônico utilizado: www.gov.br/compras	
UASG: 932133	
Fone: (61) 99888-8327 ou (61) 3686-4144	E-mail: aquisicoes.riodoce@agenciasus.org.br

2. DO OBJETO

2.1. A presente seleção tem por objeto a aquisição de equipamentos tecnológicos e periféricos destinados à composição de Kits de Telessaúde, os quais serão distribuídos para utilização na Atenção Primária nos 49 municípios e no Distrito Sanitário Especial Indígena contemplados pelo Programa Especial de Saúde do Rio Doce, com a finalidade de estruturar e fortalecer a oferta de serviços de Saúde Digital no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), ampliando o acesso, a resolutividade e a qualidade do cuidado prestado à população.

2.2. Das quantidades do objeto:

Quadro 1 - Produto, Quantidades, Destino dos Kits, Média do Preço e Valor Total.					
Nº	Produto	Quantidade	Tipo de medida	Valor unitário	Valor Total
01.	Notebook	701	Unidade	R\$ 8.503,33	R\$ 5.960.834,33
02.	Desktop	484	Unidade	R\$ 7.602,70	R\$ 3.679.706,80
03.	Smart TV	484	Unidade	R\$ 2.477,60	R\$ 1.199.158,40
04.	Nobreak	484	Unidade	R\$ 549,14	R\$ 265.783,76
05.	Monitor	1185	Unidade	R\$ 930,38	R\$ 1.102.500,30
06.	Caixa de Som	701	Unidade	R\$ 57,47	R\$ 40.286,47
07.	Webcam	1185	Unidade	R\$ 291,32	R\$ 345.214,20
08.	Kit Teclado + Mouse	1185	Unidade	R\$ 173,67	R\$ 205.798,95
09.	Fone de ouvido tipo headset c/microfone	1185	Unidade	R\$ 163,02	R\$ 193.178,70
Valor Total					R\$ 12.992.461,91

2.3. As especificações técnicas detalhadas, lista de distribuição, parâmetros específicos e demais exigências encontram-se descritas no Termo de Referência, anexo I deste Edital.

2.4. O critério de julgamento adotado para o item será o de menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.5. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na plataforma compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

3. DA ENTREGA

3.1. A CONTRATADA deverá realizar a entrega dos itens de acordo com as especificações e quantidades conforme quadro abaixo:

Quadro 2 - Endereços das Entregas			
Local	Endereço	Quantitativo de Equipamentos ou Periféricos	Observação:
49 municípios	ANEXO V - Endereços de Entrega e Quantidades de produtos por Município.	ANEXO IV - Especificações dos equipamentos e periféricos.	<p>Os equipamentos deverão ser entregues em perfeito estado de funcionamento, novos e de primeiro uso, não sendo admitidos itens recondicionados, remanufaturados, de mostruário ou com quaisquer indícios de utilização anterior.</p> <p>Constatada a existência de vícios, defeitos, avarias, divergências quantitativas ou desconformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, os itens poderão ser recusados, total ou parcialmente, mediante notificação formal à CONTRATADA, que deverá providenciar a substituição por equipamentos novos e plenamente conformes no prazo máximo de até 7 (sete) dias corridos, contados do recebimento da notificação, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.</p> <p>A substituição não suspende a aplicação das penalidades cabíveis em caso de descumprimento contratual, conforme previsto no instrumento convocatório e na legislação aplicável.</p>

3.2. A CONTRATADA deverá realizar a entrega integral dos itens no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, com possibilidade de dilação de prazo por igual período, desde que justificado, contados da assinatura do contrato.

3.3. O eventual atraso injustificado na entrega sujeitará a CONTRATADA à aplicação de multa e demais penalidades estabelecidas no Manual de Compra e Contratações da AgSUS, sem prejuízo de outras medidas administrativas cabíveis.

3.4. Ultrapassado o limite máximo de multa ou verificada a inexecução parcial ou total do objeto, poderá a AgSUS rescindir unilateralmente o contrato, sem ônus para a Administração, assegurados o contraditório e a ampla defesa, facultando-se a convocação do licitante subsequente, observada a ordem de classificação, para dar continuidade à contratação, nos termos do instrumento convocatório e da regulamentação aplicável.

3.5. Os municípios que serão contemplados com os Kits Telessaúde encontram-se listados conforme segue o Quadro 3 - Municípios Contemplados com Kits de Telessaúde.

Quadro 3 - Municípios Contemplados com Kits Telessaúde				
Nº	UF	MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	QUANTIDADES DE EQUIPES
1	ES	ANCHIETA	10	13
2	ES	ARACRUZ	18	34
3	ES	BAIXO GUANDU	12	12
4	ES	COLATINA	36	50
5	ES	CONCEIÇÃO DA BARRA	9	9
6	ES	FUNDÃO	3	6
7	ES	LINHARES	31	45
8	ES	MARILÂNDIA	4	6
9	ES	SÃO MATEUS	26	35
10	ES	SERRA	35	87
11	ES	SOORETAMA	7	7
12	MG	AIMORÉS	9	9
13	MG	ALPERCATA	3	3
14	MG	BARRA LONGA	3	3
15	MG	BELO ORIENTE	11	12
16	MG	BOM JESUS DO GALHO	6	6
<div> <div>Edital 0493030</div> <div>SEI AGSUS.001198/2026-96 / pg. 2</div> </div>				

17	MG	BUGRE	1	2
18	MG	CARATINGA	21	25
19	MG	CONSELHEIRO PENA	5	11
20	MG	CORONEL FABRICIANO	17	26
21	MG	CÓRREGO NOVO	2	2
22	MG	DIONÍSIO	4	4
23	MG	FERNANDES TOURINHO	1	2
24	MG	GALILÉIA	3	3
25	MG	GOVERNADOR VALADARES	39	61
26	MG	IAPU	3	6
27	MG	IPABA	7	8
28	MG	IPATINGA	21	59
29	MG	ITUETA	3	3
30	MG	MARIANA	13	16
31	MG	MARLIÉRIA	2	2
32	MG	NAQUE	3	3
33	MG	OURO PRETO	22	26
34	MG	PERIQUITO	3	3
35	MG	PINGO D'ÁGUA	2	3
36	MG	PONTE NOVA	18	20
37	MG	RAUL SOARES	8	9
38	MG	RESPLENDOR	5	5
39	MG	RIO CASCA	7	7
40	MG	RIO DOCE	1	1
41	MG	SANTA CRUZ DO ESCALVADO	2	2
42	MG	SANTANA DO PARAÍSO	11	11
43	MG	SÃO DOMINGOS DA PRATA	5	6
44	MG	SÃO JOSÉ DO GOIABAL	2	2
45	MG	SÃO PEDRO DOS FERROS	3	3
46	MG	SEM-PEIXE	1	1
47	MG	SOBRÁLIA	3	3
48	MG	TIMÓTEO	15	20
49	MG	TUMIRITINGA	3	3
50	MG	DSEI - GOVERNADOR VALADARES	5	6

4. DA PARTICIPAÇÃO NA SELEÇÃO

4.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da seleção e que estiverem credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão de seus dados nos sistemas mencionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pelas informações, devendo proceder, imediatamente, à correção ou alteração dos registros tão logo identifique incorreções ou constate desatualizações.

4.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a desclassificação no momento da habilitação.

4.4. Ao participar do certame, o licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão/entidade promotora da seleção por eventuais danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. Poderão participar pessoas físicas ou jurídicas, cooperativas ou consórcios de pessoas jurídicas, obedecidas as disposições legais sobre a matéria, desde que haja autorização expressa no instrumento convocatório.

4.6. No caso de participação de estrangeiros, as pessoas jurídicas deverão estar legalmente autorizadas a funcionar no Brasil.

4.7. **É vedada a participação nos processos de compras e contratações de:**

4.7.1. Empregados da AgSUS, membros da Diretoria Executiva, dos Conselhos de Deliberação e Fiscal, bem como aqueles que tenham sido demitidos ou desligados no período de até 01 (um) ano anterior ao processo de seleção do fornecedor;

- 4.7.2. Servidores públicos ou detentores de cargo em comissão, função comissionada ou gratificada, no âmbito do Ministério da Saúde;
- 4.7.3. Parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, das pessoas elencadas no item 4.7.1;
- 4.7.4. Fornecedores que empreguem familiares de funcionários da AgSUS que ocupem cargos de direção na Agência ou que atuem em áreas cujas atribuições estejam diretamente relacionadas à contratação objeto deste certame;
- 4.7.5. Fornecedores ou empresas apenados com suspensão ou impedimento do direito de contratar pela AgSUS, bem como no âmbito da Administração Pública Federal;
- 4.7.6. Fornecedores proibidos ou impedidos de celebrar contratos administrativos com a União, na forma da legislação vigente;
- 4.7.7. Fornecedores estrangeiros que não possuam representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.7.8. Fornecedores que estejam em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, insolvência, dissolução ou liquidação;
- 4.7.9. Fornecedores que empreguem menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 4.7.10. Fornecedores que apresentem risco à imagem e à integridade da AgSUS, conforme estabelecido nas normas de integridade.

5. DO CREDENCIAMENTO

- 5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 5.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio eletrônico www.gov.br/compras.
- 5.3. Compete exclusivamente ao interessado providenciar o credenciamento junto ao provedor do sistema, até o dia anterior à realização da sessão.
- 5.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do proponente ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes a este pregão eletrônico.
- 5.5. O uso da senha de acesso pelo proponente é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à AgSUS qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros, cabendo ao proponente comunicar formalmente ao provedor do sistema qualquer irregularidade quanto seu uso.
- 5.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 6.1. Quaisquer pedidos de **ESCLARECIMENTOS** em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital poderão ser encaminhados ao Pregoeiro(a) até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente pelo sistema Compras.gov.br, e ainda, enviados pelo e-mail: aquisicoes.riodoce@agenciasus.org.br.
- 6.2. Poderá ser apresentada **IMPUGNAÇÃO** ao Edital deste Pregão até 3 (três) dias úteis para abertura da proposta, exclusivamente por meio do endereço eletrônico: aquisicoes.riodoce@agenciasus.org.br
- 6.3. Decairá do direito de impugnação dos termos deste Edital, perante à **AgSUS**, qualquer pessoa que não se manifestar em **até 03 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão do Pregão, apontando as falhas e irregularidades que o viciaram.
- 6.4. O Pregoeiro auxiliado pela área técnica, se for o caso, decidirá sobre a(s) impugnação(ões) no prazo de **3 (três) dias úteis**.
- 6.5. A impugnação interposta após o prazo legal estipulado no subitem 6.2, **não será conhecida**, caracterizada como tal, recebendo tratamento como mera informação.
- 6.6. Acolhida a impugnação contra este ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 6.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 6.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de seleção.

7. DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

- 7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 7.2. A proposta inicial do proponente deverá conter o valor unitário e total da proposta, em moeda nacional vigente, sem ressalvas, entrelinhas, emendas, rasuras ou borrão, e deve ser isenta de informações que identifiquem o licitante, sob pena de desclassificação;
- 7.2.1. Caracteriza-se identificação qualquer informação que leve a Equipe de apoio (CPL) ou o(a) Pregoeiro(a) da Disputa a ter conhecimento, direta ou indiretamente, do nome da pessoa jurídica, razão social, CPF, CNPJ, ou

quaisquer outros dados, esta exigência visa proteger o sigilo da identificação do concorrente aos demais participantes do processo.

7.3. A **proposta final**, após a fase de lances, deverá conter a identificação do proponente (razão social, CNPJ/MF e endereço), o número do processo de seleção e ser redigida em língua portuguesa e ser datada e assinada pelo representante do proponente, conforme modelo disposto no Anexo II deste Edital.

7.4. A proposta deverá ser abaixo ou igual ao valor estimado da contratação.

7.5. O julgamento da proposta será objetivo, de acordo com o **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme estabelecido no Termo de Referência, Anexo I.

7.6. Na proposta da licitante, até seu lance final, devem estar incluídos todos custos e insumos, tais como as despesas com mão-de-obra, materiais, impostos, taxas, transporte, fretes, descontos e qualquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta seleção;

7.6.1. Quanto aos tributos incidentes sobre o objeto, cada proponente é responsável pela adoção das correspondentes alíquotas, de acordo com o seu regime tributário.

7.7. O prazo de validade da proposta **não pode ser inferior a 60 (sessenta) dias**, contados a partir da data limite fixada para recebimento das propostas.

7.8. Ocorrendo discordância entre os preços unitários e totais, prevalecerá o valor da proposta ofertada no sistema.

7.9. O licitante participante do certame deverá cadastrar a proposta inicial no sistema Compras.gov.br, conforme modelo constante no Anexo II;

7.10. A apresentação da proposta será considerada como evidência de que o proponente:

7.10.1. Examinou e tem pleno conhecimento de todos os documentos que instruem esta seleção eletrônica;

7.10.2. Aceita os termos e condições deste Edital, eventuais aditamentos e esclarecimentos complementares;

7.10.3. Tem condições e se compromete a fornecer o objeto contratual pelo valor e prazo constantes da proposta;

7.10.4. Cumprirá com os preceitos legais e regulamentares em vigor, em especial as Leis nº 12.527/2011, 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e 13.709/2018 (LGPD);

7.10.5. Se responsabilizará pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo;

7.11. É facultada à Comissão de Seleção, em qualquer fase da seleção, **a promoção de diligência**, não sendo permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo para:

7.11.1. atestar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame;

7.11.2. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos participantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.3. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8. DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE LANCES

8.1. No dia, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, terá início a sessão pública da seleção Eletrônica com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances.

8.2. Na fase de abertura das propostas, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.3. A licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedida de participar da sessão de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso após a divulgação do vencedor do certame.

8.4. As propostas classificadas serão ordenadas automaticamente, de forma decrescente, pelo sistema Comprasnet, permitindo o licitante disputar por meio de lances simultâneos e sucessivos, na forma eletrônica, no Certame.

8.5. Assim que o lance for acatado, ele ficará registrado no sistema, sujeitando o licitante às penalidades constantes neste Edital;

8.6. Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Seleção.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observadas as seguintes condições:

8.7.1. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema;

8.7.2. No caso de lances de mesmo preço, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

8.7.3. Os lances deverão ser formulados pelo Valor Unitário dos ITENS.

8.7.4. O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de R\$ 1,00 (um real), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.7.5. Iniciada a fase de lances, os participantes poderão oferecer lances sem restrições de quantidade ou de qualquer ordem classificatória ou cronológica específica, mas sempre inferior ao seu último lance ofertado;

8.7.6. Todos os lances oferecidos serão registrados pelo sistema eletrônico, que estará sempre indicando o lance de menor valor para acompanhamento em tempo real pelos participantes;

8.8. Durante o transcurso da sessão pública, a licitante será informada, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

8.9. Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pela licitante, em que este equívoco der

causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, esses poderão, motivadamente, ser excluídos do sistema, de acordo com a análise do Pregoeiro(a).

8.10. A desistência em apresentar lance eletrônico implicará a manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.11. O Pregão será realizado no **MODO DE DISPUTA ABERTO**, onde os participantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme abaixo:

8.11.1. A etapa de envio de lances sucessivos na sessão pública durará 10 minutos e, após isso, havendo lances nos 2 (dois) últimos minutos, a etapa será prorrogada automaticamente pelo sistema.

8.11.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente, sempre que houver lances enviados neste intervalo de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários, renovando-se a prorrogação.

8.11.3. Os lances intermediários são lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém, inferiores ao último lance dado pela própria licitante.

8.11.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.12. Encerrada a etapa de lances sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro, em busca da melhor proposta, poderá reiniciar a etapa de lances.

8.13. Encerrada a etapa de lances aberta, o sistema ordenará os melhores valores em ordem de vantajosidade. Lembrando que a proposta inicial também é considerada o primeiro lance.

8.14. Quando houver somente propostas iniciais sem lances, serão aplicados os critérios de desempate previstos nos art. 36 e 37 do Decreto nº 10.024, de 2019. Caso o empate persista, haverá sorteio eletrônico pelo sistema dentre as propostas empatadas.

8.15. Ordenados os lances em forma crescente de preço, o pregoeiro analisará a documentação de habilitação do autor lance classificado em primeiro lugar;

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. A licitante classificada em primeiro lugar, na fase de lances, deverá apresentar a Proposta Comercial readequada, de acordo com as especificações do Anexo IV, no **prazo mínimo de 2 (duas) horas** a contar da solicitação do Pregoeiro(a).

9.1.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, que deverá manifestar-se pelo "chat" da plataforma antes de findo o prazo.

9.1.2. A licitante que, convocada, não se manifestar dentro do prazo estabelecido, será desclassificada.

9.2. A PROPOSTA DEVERÁ:

9.2.1. Ser acompanhada de fichas técnicas e/ou manuais virtuais ou impressos, em língua portuguesa, do exato produto ofertado;

9.2.2. Conter o valor unitário e total dos itens, atendendo o disposto no Termo de Referência, ANEXO I deste edital;

9.2.3. Conter o preço ofertado consignado em moeda nacional, expressa em algarismos e por extenso, com duas casas decimais após a vírgula;

9.2.4. Ser redigidas em português, sem emendas, rasuras, cotações alternativas ou entrelinhas, fazendo constar nome e o número do registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.2.5. Informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contado do dia da aceitação da proposta, no sistema;

9.2.6. Consignar o preço unitário e total;

9.2.7. Incluir no preço ofertado todos os custos decorrentes da operação de venda, tais como: transporte, mão-de-obra, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, embalagens, prêmios de seguro, fretes, taxas e outras despesas incidentes ou necessárias à efetivação do fornecimento na forma prevista neste Edital.

9.2.8. As propostas deverão ser encaminhadas juntamente com documento oficial do fabricante referente ao equipamento ofertado, bem como com planilha apontando a descrição técnica dos equipamentos e a localização da respectiva informação no documento do fabricante. A proposta deverá conter, obrigatoriamente, a indicação da marca e do modelo dos equipamentos ofertados.

9.3. QUANDO DA ANÁLISE DA PROPOSTA AJUSTADA:

9.3.1. Se houver indícios de inexequibilidade, o Pregoeiro poderá efetuar diligência, solicitando que a licitante comprove a exequibilidade da proposta;

9.3.2. Se forem identificados erros sanáveis, o Pregoeiro poderá efetuar diligência, solicitando que a licitante promova as devidas correções, desde que estas não impliquem em aumento de preço no valor proposto.

9.3.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema.

9.3.4. Consideram-se preços inexequíveis aqueles que, comprovadamente, sejam insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação.

9.4. Serão desclassificadas as propostas que:

9.4.1. Forem apresentadas em desacordo com as exigências legais e disposições deste Edital e seus Anexos, bem como das normas de regulação do certame;

- 9.4.2. Ofertarem condições que não atendam às exigências do Edital;
- 9.4.3. Apresentarem preços manifestamente inexequíveis, simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, e ainda, excessivos ou exorbitantes, isto é, incompatíveis com os preços de mercado, mesmo que o ato convocatório não tenha estabelecido limites mínimos, desde que a licitante não comprove a exequibilidade da proposta;
- 9.4.4. Apresentarem manifestos e comprovados erros e desvios nos preços, ou indicações incompatíveis com os valores expressos numericamente ou por extenso, de forma a suscitar dúvida interpretação;
- 9.4.5. Apresentarem preços finais superiores aos valores estimados pela AgSUS.
- 9.4.6. Após a fase de lances, o Pregoeiro promoverá diligência para verificação da compatibilidade do preço proposto.
- 9.4.7. Antes de desclassificar proposta em razão do preço estar excessivamente superior ao estipulado pela AgSUS, o Pregoeiro deverá tentar uma negociação, solicitando nova base de preço condizente com o estimado pela AgSUS;
- 9.4.8. Antes de desclassificar proposta por preço manifestamente inexequível, o Pregoeiro intimará a licitante para que apresente a composição de seus custos para comprovação da exequibilidade do preço proposto.
- 9.4.9. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital.
- 9.4.10. Esgotadas as etapas anteriores, o Pregoeiro deverá negociar com a licitante melhor classificada para que seja obtido desconto sobre o valor ofertado.
- 9.4.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.4.12. A licitante deverá encaminhar a Proposta Comercial com os respectivos valores adequados ao preço negociado.
- 9.5. **Durante a fase de lances, não serão aceitos contatos telefônicos, ou via e-mail, com a Comissão de Seleção, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, já que tal ato configura a identificação do proponente durante a sessão pública.**
- 9.5.1. Todo e qualquer contato com a Comissão de Seleção durante a etapa competitiva será pelo **chat**, salvo após a fase de negociação.
- 9.5.2. A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e documentos, cabendo a Comissão de Seleção informar, através do Sistema, a data e horário para retomada da seleção eletrônica.
- 9.5.3. **São vícios sanáveis**, entre outros, os defeitos materiais atinentes à descrição do objeto da proposta e suas especificações técnicas, incluindo aspectos relacionados à execução do objeto, às formalidades, aos requisitos de representação, às planilhas de composição de preços e, de modo geral, aos documentos de conteúdo declaratório sobre situações pré-existentes.
- 9.5.4. O prazo para correção dos vícios sanáveis será definido pela Comissão de Seleção e não será permitido alteração do valor final da proposta, exceto para oferecer preço mais vantajoso para a AgSUS.
- 9.5.5. Se a proposta não for corrigida de modo adequado, a Comissão de Seleção dispõe de competência discricionária para decidir pela concessão de novo prazo para novas correções.
- 9.5.6. Decidida a aceitação da proposta, a Comissão de Seleção dará início à fase de habilitação da empresa licitante autora da melhor oferta, com a verificação da documentação exigida neste Edital para habilitação.
- 9.5.7. Em face do teor do Acórdão TCU nº 754/2015 - Plenário, por analogia, na hipótese de ocorrência de desistência injustificada de proposta/lance, a Comissão de Seleção encaminhará ofício ao Setor Competente para que se proceda à abertura de processo administrativo para apenação do(s) proponente(s) convocado(s), já que tal prática se consubstancia em ato ilegal.

10. DA HABILITAÇÃO

- 10.1. Encerrada a etapa de lances e aceitação das propostas, a licitante que ofertou o menor preço por item deverá apresentar a documentação comprobatória, no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro.
- 10.1.1. O prazo poderá ser prorrogado mediante solicitação do licitante, via chat da plataforma, desde que a solicitação seja registrada antes de findo o prazo.
- 10.1.2. Os documentos de habilitação poderão ser, opcionalmente, enviados quando o licitante for convocado para a apresentação de Propostas ou obrigatoriamente quando solicitados pela Comissão de Seleção, após a aceitação da Proposta.
- 10.2. Quando do julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que **não alterem** a substância dos documentos e sua validade jurídica, bem como suprir a omissão de eventuais documentos de regularidade fiscal, mediante consulta via internet em sites oficiais que emitam certidões online via internet, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.3. O Pregoeiro poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.4. Caso a empresa primeira classificada na sessão de lances venha a ser inabilitada, as empresas remanescentes, na ordem de classificação, terão seus documentos de habilitação analisados.
- 10.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

10.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

10.5.2. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro(a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

10.5.4. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.5.5. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.5.6. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.6. A documentação relativa à Habilitação Jurídica consiste em:

10.6.1. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.6.2. Empresário individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a Cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a Cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.6.4. Sociedade Simples: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.6.5. Cópia de RG e CPF do representante legal da empresa.

10.7. A Regularidade Fiscal/Tributária e Trabalhista consiste em:

10.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

10.7.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;

10.7.3. Certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

10.7.4. Certidão de regularidade com a Fazenda Distrital ou Estadual e Municipal do domicílio ou sede do proponente, quando couber; e

10.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida pela Justiça do Trabalho.

10.8. Da Qualificação econômico-financeira:

10.8.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.8.2. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

10.9. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

10.10. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.11. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.12. Da Qualificação Técnica:

10.12.1. A licitante deverá apresentar a seguinte documentação relativa à Qualificação Técnica:

10.12.2. Atestados, Declarações ou Certidões de capacidade operacional, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, impressos em papel timbrado da empresa emitente, devidamente assinados, onde deverá estar comprovada a aptidão do interessado no fornecimento de materiais pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto pretendido, devendo atender, no mínimo, ao percentual estabelecido para cada equipamento e item descrito no quadro a seguir:

QUADRO 5 - EQUIPAMENTOS E CAPACIDADE TÉCNICA DO FORNECEDOR		
Nº	EQUIPAMENTOS	CAPACIDADE TÉCNICA MÍNIMA
1.	Smart TV	50%
2.	Notebook	50%
3.	Desktop	50%
4.	Monitor	50%
5.	Nobreak	50%
6.	Caixa de Som	50%
7.	Webcam	50%
8.	Fone de ouvido tipo headset c/microfone	50%
9.	Teclado + Mouse	50%

10.13. A proponente deverá enviar as seguintes DECLARAÇÕES:

10.13.1. Declaração expressa, responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas, constando no mínimo que:

10.13.1.1. Tem pleno conhecimento e concordância com todos os termos e condições estabelecidas no instrumento convocatório, incluindo as obrigações da empresa contratada, e de que está ciente das sanções administrativas em decorrência do descumprimento de quaisquer cláusulas do Contrato a ser firmado com a AgSUS; e

10.13.1.2. Possui, no ato da contratação, e, possuirá, durante toda a vigência do Contrato a ser firmado com a AgSUS, pessoal qualificado, instalações físicas e equipamentos necessários e disponíveis ao cumprimento do objeto do instrumento convocatório.

10.14. Todos os documentos apresentados por meio do sistema, ficarão anexados ao processo, sendo vedada a sua retirada ou substituição.

10.15. Em nenhuma hipótese será permitida a apresentação de protocolos, guias de pagamentos, ou documentos similares em substituição aos documentos exigidos.

10.16. Em caso de dúvida quanto às informações contidas nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, o Pregoeiro(a), durante a sessão pública, poderá realizar consulta online aos sites dos órgãos responsáveis pela emissão deles.

10.17. A não apresentação de qualquer documento relacionado nos itens anteriores ou a sua apresentação em desacordo com a forma, prazo de validade e quantidades estipuladas, poderá implicar na inabilitação da licitante.

10.18. Os documentos deverão estar dentro do prazo de validade neles consignados, salvo quanto aos documentos de qualificação técnica (atestados), que são havidos por permanentes.

10.19. Não havendo referência quanto ao prazo de validade dos documentos, serão considerados válidos por 90 (noventa) dias, contados na forma do Código Civil.

10.20. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.21. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.22. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.23. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10.24. **Garantia da contratação**

10.25. Será exigida a garantia da contratação, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

10.26. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

10.27. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas

datas convencionadas.

10.28. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.29. O adjudicatário deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou fiança bancária.

10.30. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica, com correção monetária.

10.31. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.32. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11. DO RECURSO

11.1. Após a declaração do vencedor, realizada pelo Pregoeiro(a), as licitantes devem expressar, de maneira **imediate, em até 10 (dez) minutos, por meio do campo específico no sistema**, a intenção de recorrer contra o resultado do certame.

11.2. Após a manifestação do item anterior, será concedido o **prazo de 3 (três) dias úteis, para apresentação das razões do recurso**, facultando às demais licitantes a oportunidade de apresentar **contrarrazões em igual período a partir do término do prazo da recorrente**, sendo assegurada à proponente vista aos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.3. O(s) recurso(s) e contrarrazões deverão ser encaminhados por meio do sistema eletrônico.

11.4. A falta de manifestação motivada da licitante no prazo estabelecido importará a decadência do direito de recurso, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.5. Qualquer recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo, salvo nos casos de habilitação ou inabilitação da licitante ou julgamento das propostas, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente as razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.

11.6. Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à licitante vencedora.

11.7. Os recursos serão julgados no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

11.8. O recurso interposto após o prazo legal e/ou subscrito por representante não habilitado legalmente ou, não identificado no processo para responder pelo licitante, não será conhecido.

11.9. Decidido o recurso pela Comissão de Seleção ou pelo Pregoeiro(a), não caberá recurso hierárquico adicional. Essa medida visa assegurar a celeridade e a segurança jurídica do procedimento, em conformidade com o modelo de governança do Serviço Social Autônomo.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Concluído o julgamento e ultrapassada a fase recursal, o processo licitatório será submetido à Autoridade Competente da AgSUS, para que se proceda à devida adjudicação e consequente homologação do objeto à licitante vencedora.

12.2. O objeto desta seleção será adjudicado à(s) licitante(s) que obtiver(em) melhor classificação segundo os critérios previstos neste Edital e seus Anexos.

13. DAS CONDIÇÕES PARA EVENTUAL ASSINATURA DO CONTRATO

13.1. Após a homologação do processo de seleção, sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

13.2. Quando convocada, a ADJUDICATÁRIA terá 5 (cinco) dias úteis para assinar o Contrato, a contar da convocação efetuada pela AgSUS, mediante comunicação via e-mail.

13.3. A ADJUDICATÁRIA deverá providenciar para assinatura do Contrato:

13.3.1. Indicação de testemunhas, contendo o nome completo, número da cédula de identidade - RG e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF.

13.3.2. Alterações do Estatuto ou Contrato Social da empresa, caso tenha havido após a data da assinatura do Contrato.

13.3.3. Instrumento público ou particular de mandato, este último com firma reconhecida, outorgando poderes ao signatário da contratação, quando o representante não for sócio ou diretor autorizado através do estatuto ou contrato social, caso tenha havido alteração após a assinatura do Contrato.

13.4. Caso a licitante vencedora venha a recusar-se, sem justificativa aceita pela AgSUS, a assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido e na vigência da sua proposta, sujeitar-se-á às sanções cabíveis, reservando-se à AgSUS o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, convocar as licitantes remanescentes ou cancelar a seleção.

13.5. Na convocação das licitantes remanescentes será observada a classificação final da seleção dada pelo sistema, para apresentação dos documentos de habilitação.

13.6. As licitantes remanescentes convocadas na forma do subitem anterior se obrigam a atender à convocação

e a assinar a Ata no prazo fixado pela AgSUS, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

13.7. É vedado caucionar ou utilizar o Contrato decorrente da presente seleção para qualquer operação financeira, sem ciência prévia e concordância expressa da AgSUS.

14. PENALIDADES

14.1. A inexecução total ou parcial injustificada, a execução deficiente, irregular ou inadequada na prestação do serviço, assim como o descumprimento dos prazos e condições estipulados, pode repercutir, conforme Art. 73 do Regulamento de Compras e Contratações, na aplicação das seguintes penalidades, assegurado a ampla defesa e o contraditório:

- I- advertência;
- II- multa correspondente até 20% sobre o valor da parcela em caso de inexecução parcial, atraso, inadimplemento ou infração contratual;
- III- multa correspondente até 20% sobre o valor global do contrato, quando ficar caracterizada a recusa no cumprimento das obrigações;
- IV- suspensão de participação em seleção de fornecedores e impedimento de contratar com a AgSUS, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- V- solicitação aos órgãos governamentais competentes da caracterização de inidoneidade;
- VI- perda da caução em dinheiro ou execução das demais garantias oferecidas, sem prejuízo de outras penalidades estabelecidas no instrumento convocatório.

14.2. As sanções previstas nos incisos acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14.3. O(s) produto(s) recebido(s) e o(s) serviço(s) prestado(s) não aprovado(s) pela AgSUS será(ão) considerado(s) como não fornecido(s), para efeito de cálculo de multa.

14.4. As multas acima previstas serão descontadas dos pagamentos a que fizer jus a CONTRATADA, ou recolhidas diretamente à CONTRATANTE, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de sua comunicação, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

14.5. Para a aplicação das penalidades aqui previstas, a CONTRATADA será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da notificação.

14.6. Não apresentada defesa prévia ou não acatadas as justificativas da CONTRATADA, caberá à CONTRATANTE deduzir o valor da multa do pagamento.

14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da CONTRATADA, a AgSUS poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.8. A CONTRATANTE, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à AgSUS, observado o princípio da proporcionalidade.

14.9. Em caso de risco iminente, a AgSUS poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, sem prévia manifestação da CONTRATADA.

14.10. O processo de aplicação de penalidades será instruído pela Diretoria Executiva, mediante provocação do fiscal do contrato, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

15. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

15.1. Os licitantes deverão declarar que conhecem a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e deverão autorizar a AgSUS a coletar e tratar dados pessoais de seus representantes, para o fim exclusivo de viabilizar o presente procedimento licitatório e futura execução do objeto contratado, observando-se as exceções previstas no art. 11, II da LGPD e o seguinte: (declaração/autorização está inserida na alínea "e", no modelo da proposta de preço, - Anexo II do edital).

15.1.1. Fica autorizada a coleta e o tratamento do nome completo e cópias e números de identidade e CPF dos representantes das licitantes, bem como eventuais dados pessoais incluídos em contrato social, estatuto ou documento equivalente, enquanto for necessário ao atingimento da finalidade a seguir exposta;

15.1.2. A coleta e tratamento dos dados acima especificados tem por finalidade viabilizar o presente procedimento licitatório e a futura execução do objeto contratado;

15.2. A AgSUS se responsabiliza por todas as medidas de segurança necessárias à proteção dos dados coletados ou tratados de incidentes de segurança da informação e comunicará aos titulares dos dados e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante, em conformidade ao art. 48 da LGPD.

15.3. Os titulares dos dados, poderão exercer, no que couber, os direitos previstos no art. 18 da LGPD.

15.4. Os titulares dos dados poderão revogar a anuência aqui manifestada, ou solicitar que sejam eliminados os seus dados pessoais não anonimizados, ficando cientes que isto poderá impedir sua continuidade no processo licitatório.

16. COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO

16.1. As Licitantes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e a Lei contra Lavagem de Dinheiro 9.613/1992, se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

16.2. As Licitantes manterão até o final da vigência da contratação, conduta ética e máximo profissionalismo na execução do objeto.

- 16.3. As Licitantes se obrigam ainda, a:
- 16.3.1. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
- 16.3.2. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados;
- 16.3.3. Não empregar, direta ou mediante contrato de serviços ou qualquer outro instrumento, trabalho escravo ou infantil;
- 16.3.4. Obedecer e garantir que a execução contratual se dará de acordo com todas as normas internas da AgSUS;
- 16.3.5. Zelar pelo bom nome institucional da AgSUS a abster-se ou omitir-se da prática de atos que possam prejudicar a reputação da Agência. Em caso de uso indevido do nome da AgSUS, ou de qualquer outro nome, marca, termo ou expressão vinculados direta ou indiretamente à AgSUS, responderá a licitante pelas perdas e danos daí decorrentes;
- 16.3.6. Participar de todos e quaisquer treinamentos eventualmente oferecidos pela AgSUS que sejam relativos a qualquer aspecto que consta da lei anticorrupção ou políticas internas da AgSUS, bem como aqueles relativos ao Código de Ética e Conduta desta.
- 16.4. As Licitantes reconhecem que não estiveram envolvidas com qualquer alegação de crime de lavagem de dinheiro, delito financeiro, financiamento de atividades ilícitas ou atos contra a Administração Pública, corrupção, fraude em licitações ou suborno.
- 16.5. As licitantes concordam em notificar prontamente à AgSUS, caso tome conhecimento de que algum pagamento impróprio tenha sido realizado, direta ou indiretamente, por um de seus empregados, colaboradores ou terceiros por estas contratadas.
- 16.6. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas neste Edital ou seus Anexos é causa para, independentemente de qualquer notificação, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à AgSUS, aplicação das demais penalidades previstas neste Edital e seus Anexos.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase da seleção.
- 17.2. Fica assegurado à AgSUS o direito de cancelar a seleção, por razões de interesse da instituição, devidamente justificadas, antes da assinatura do Contrato.
- 17.3. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos a esta seleção.
- 17.4. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da seleção, a promoção de diligência destinada a sanar, esclarecer ou complementar a instrução do processo, que não alterem a substância das propostas, fixando-se prazos para atendimento pela licitante, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão.
- 17.5. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 17.6. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no Sistema Eletrônico.
- 17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na AgSUS.
- 17.8. A Sessão Pública será realizada em dias úteis, nos horários estabelecidos no item 1.1 deste Edital. Os prazos que porventura ultrapassem o horário estabelecido serão retomados no dia útil subsequente, na ocasião da reabertura da sessão.
- 17.9. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida, por conveniência da AgSUS ou por qualquer fato superveniente, o que será comunicado aos interessados formalmente pelo Pregoeiro.
- 17.10. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital e seus Anexos, será o de Brasília - Distrito Federal, com expressa renúncia aos demais, por mais privilegiado que seja.
- 17.11. Este Edital e seus anexos estarão disponibilizados, na íntegra, nos endereços www.gov.br/compras e <https://agenciasus.org.br/>.

Compõem o presente instrumento convocatório os seguintes Anexos:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Modelo de Proposta
Anexo III	Minuta de Contrato
Anexo IV	Especificações dos equipamentos e periféricos.
Anexo V	Endereços de Entrega e Quantidades por Município

Anexo VI	Declaração de Conhecimento das Condições do Certame
Anexo VII	Declaração de Inexistência de Parentesco
Anexo VIII	Declaração de Responsabilidade Social
Anexo IX	Comprovação das especificações técnicas

(assinado eletronicamente)

DAYVID JEFFERSON NASCIMENTO DAMASCENO

CCOE/UAC



Documento assinado eletronicamente por **Dayvid Jefferson Nascimento Damasceno, Coordenador(a) do Programa Especial de Saúde Rio Doce**, em 29/05/2026, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.agenciasus.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0493030** e o código CRC **CAF69A9B**.

Referência: Processo nº AGSUS.001198/2026-96

SEI nº 0493030